



**UMA MULHER NUNCA É UM ACIDENTE
DISSIMULAÇÃO E PERFORMATIVIDADE**

**A WOMAN IS NEVER AN ACCIDENT
DISSIMULATION AND PERFORMATIVITY**

Manuela de Souza de Almeida Leiteⁱ

RESUMO

O ensaio “Uma mulher nunca é um acidente” tem origem no experimento poético homônimo e traz uma articulação entre o conceito de *rostidade* (DELEUZE e GUATTARI) e a ideia de *performatividade* de gênero (BUTLER). Diante das estratégias de dominação de gênero empreendidas contra corpos femininos desde a expansão capitalista (caça às bruxas), as mulheres acabaram por desenvolver ferramentas de autorresignação e autoconvencimento a fim de tornar a experiência de sujeição menos violenta. Problematicamos como a docilidade de corpos femininos nada tem de natural e que a *dissimulação* (NIETZSCHE) foi uma estratégia de sobrevivência adotada por mulheres perseguidas. Essas práticas reiteradas de performance social, ao longo de um extenso deslocamento de tempo, teriam gerado uma nova série de repetições e comportamentos estilizados, produzindo uma nova realidade.

PALAVRAS-CHAVE

Dissimulação. Performatividade. Feminismo. Rostidade. Gênero.

ABSTRACT

The essay “A woman is never an accident” originates from the homonymous poetic experiment and brings forth an articulation between the concept of “faciality” (DELEUZE and GUATTARI) and the idea of gender performativity (BUTLER). In the face of gender domination strategies undertaken against female bodies since capitalist expansion (witch hunts), women ended up developing tools of self-resignation and self-convincing in order to make the experience of subjugation less violent. We problematize how the docility of female bodies has nothing natural about it and how dissimulation (NIETZSCHE) was a survival strategy adopted by persecuted women. These repeated practices of social performance, over an extensive displacement of time, would have generated a new series of repetitions and stylized behaviors, producing a new reality.

KEYWORDS

Dissimulation. Performativity. Feminism. Faciality. Gender.



Uma mulher nunca é um acidente:

<https://www.youtube.com/watch?v=8Q83N6IVURI>

Cândida visita Sónia

Numa utopia pós-capitalista, Cândida espera. Não demonstra impaciência nem descontentamento, pelo contrário, parece bastante satisfeita por esperar. Um sorriso permanentemente fixado no rosto revela o propósito de ser agradável e garantir a felicidade de todos ao seu redor. Mas quem são esses todos? Em cena, vemos apenas uma mulher sozinha, mantendo um sorriso fixado para o momento de receber seus amados e voltar a servir. Cândida faz tudo isso por amor.

Uma mulher comportadamente sentada numa poltrona antiga, usando seu vestido igualmente antigo e bem comportado, pouisa as mãos sobre as pernas cruzadas e sorri, encarando gentilmente o espectador. Ao fundo, uma parede de tijolos visíveis esculpe sua desconexão concreta e simbólica com a realidade. Os tijolos deteriorados e avermelhados causam estranhamento para ela, que se acostumou, desde menina, a seguir por estradas de tijolos amarelos. E não haveria mesmo lugar melhor que a nossa casa. Evidente, ninguém jamais desejaria dissolver a sublime relação vivenciada na família nuclear. Cândida faz tudo isso por amor.

Nos raros instantes em que declina seu sorriso, imediatamente se recompõe e perpetua sua ação de amorosidade. Se fica cansada, o que é absolutamente incomum, cochila rapidamente, atenta a qualquer ruído. Cândida tem o sono leve. Se passa por um segundo de impaciência, caminha de um lado para o outro com brandura, sem nenhuma hostilidade. A delicadeza, dizem, é um advento biológico nas mulheres. Jamais perde a sanidade, isso poderia perturbar a harmonia do ambiente que construiu com tanto carinho. É sua missão, como esposa, manter o lar como um céu de ternura e aconchego. Cândida faz tudo isso por amor.

Cândida nunca falha, está sempre com os braços abertos, pronta para abrigar e cobrir de afagos sua família. Somados aos abraços, também tem sempre café e bolo quentinho para oferecer. Um bolo faz de uma casa um lar, transforma uma simples morada num território de afeto e felicidade. Isso sem falar em todas as outras delícias



que ela adora preparar. Mulheres como Cândida nunca estão cansadas demais para ir ao fogão quando seus amados estão com fome. Mulheres como Cândida não se cansam, não sentem dor, não ficam tristes, não se decepcionam, não se magoam. Mulheres como Cândida têm sempre seus sorrisos, seus abraços e café e bolo quentinho. Cândida faz tudo isso por amor.

Apesar de tanta felicidade, algo na cena parece estar fora do lugar. Uma mulher como Cândida morando em meio ao pó seria difícil até mesmo de imaginar. Uma casa milimetricamente cuidada, limpa e planejada compõe a plena felicidade de uma mulher como ela. Mas numa utopia pós-capitalista pode acontecer que, de repente, muitos abram mão de tanto consumo dentro de uma família nuclear e escolham viver uma vida voltada ao bem comum. Numa utopia pós-capitalista, as pessoas poderiam optar por abandonar os grandes centros urbanos, os grandes centros de consumo e migrar para onde tivessem a chance de não mais submeter a natureza às suas fúteis vontades, mas voltar a ser parte dela. Cândida só deseja voltar a fazer seu trabalho com amor.

Como seria uma utopia pós-capitalista para uma mulher como ela? Cândida a suportaria? Saberria fazer outra coisa além de cuidar? Saberria viver de outra forma? Para ela, que só sabe amar e cuidar de sua família, seria possível uma vida diferente? Uma mulher como ela desejaria uma vida diferente? E, enquanto ainda não sabe elaborar perguntas viáveis para obter respostas aceitáveis, permanece em seu genuíno desejo de que tudo volte a ser como era antes, numa utopia pós-capitalista, Cândida espera voltar a fazer tudo por amor.

Modelagem de gênero – Quando nasce uma mulher?

“Uma mentira dita mil vezes torna-se verdade.”

(Joseph Goebbels)

A diferenciação ativa entre corpos determinada pelo sexo é tema que permeia teóricas e teóricos das mais diversas áreas há muitas e muitas décadas e, mesmo assim,



parece questão longe de real transformação na sociedade ocidental. Existe algo de ordem estrutural que necessita de uma defesa, minuto a minuto, dos papéis de gênero e raça como base da pirâmide que sustenta o poder vigente. Por mais revolucionário que se pretenda o movimento *queer*, em paralelo ao unicórnio da pluralidade corre a mula da heteronormatividade que, na centrífuga das letras da diversidade, posiciona todos os corpos num reconfortante binarismo.

O que pode uma genitália sobre um corpo? Aparentemente em nosso contexto social a resposta seria: tudo. A biologia continua sendo utilizada como argumento justificante das performatividades dominadas por padrões de comportamentos, não apenas nos modos de agir, mas também nos modos de pensar ou daquilo que se entende como pensamento – repetição de ações que posicionam os corpos enquanto atores sociais. A vida humana, cheia de discursos de valorização da intelectualidade e do conhecimento, transformou-se em uma grande coreografia, onde cada passo já foi previamente desenhado e cada dançarino completamente ensaiado. Não existe nenhum espaço para intuições e improvisos.

A dissimulação, segundo Nietzsche, é o modo de viver da coletividade. Desde os primeiros meses de vida, molda as ações humanas no sentido primeiro de sobrevivência enquanto ser vivo e em seguida como ser social. Um bebê com apenas seis meses de vida chora porque quer algo da mãe. A mãe – que ama tudo o que seu bebê faz – aponta a câmera para registrar o lindo choro do bebê, este está acostumado a performar diante da câmera, esquece o problema que gerou seu sofrimento e sorri. Diante desse tipo de atuação de um bebê, que ainda não sabe nem engatinhar, questões sobre ovos e galinhas parecem bem menos complexas e comportamentos adultos que sufocam até necessidades fisiológicas identificam a origem de seu condicionamento.

O bebê, ainda nas primeiras horas de vida, será marcado e diferenciado a partir de seu órgão sexual e isso influenciará a formação de sua subjetividade. Uma das coisas que incomodam profundamente mães e pais é alguém não reconhecer o sexo do seu filho bebê. Perguntar se é menina, quando é menino, ou se é menino, quando é menina é algo da ordem da ofensa moral. Assim, providências são tomadas desde o



exame que revela o sexo biológico ainda durante a gravidez. Azul para meninos e rosa para meninas, pronto!, livra-se a criança do mal da não binariedade. Mas para marcar os corpos femininos a cor da roupa não parece suficiente, ainda nas preliminares horas de vida empreende-se a primeira tortura física contra aquele bebê vestido na cor-de-rosa: a marcação na carne. Um par de objetos de metal nobre é levado pelos pais à maternidade e entregue às enfermeiras que os insere nos lóbulos das orelhas sem nenhum tipo de anestesia. Na agropecuária os brincos de marcação têm como objetivo determinar propriedade e lote, na sociedade separa homens de mulheres ainda na maternidade.

A partir da marcação nas orelhas e pelo uso permanente de roupas cor-de-rosa, a “menina” é inserida num carrossel de preparações que vai acompanhá-la literalmente do berço à cova. Bonecas, mamadeiras e fraldas são usadas como objetos de brincadeiras quando as meninas ainda se parecem com bonecas e usam mamadeiras e fraldas. Todos ao redor mostram-se muito satisfeitos quando ela segura as bonecas igual a um bebê – parece que ela já nasceu para isso: aplausos e sorrisos. Mas quando ela arranca a cabeça da boneca e coloca dentro do forquinho cor-de-rosa, todos se assustam e a repreendem: não, não, não! Por que o comportamento esperado é tratado como intuitivo e o comportamento não esperado é tratado como desvio? Por que o ratinho evita a porta que dá choque e prefere a porta que tem biscoito?

De fato, quando se diz que o sujeito é construído, isso quer dizer simplesmente que o sujeito é uma consequência de certos discursos regidos por regras, os quais governam a invocação inteligível de identidade. O sujeito não é *determinado* pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação *não é um ato fundador, mas antes um processo regulado de repetição* que tanto se oculta quanto impõe suas regras, precisamente por meio da produção de efeitos substancializantes. (BUTLER, 2003, p. 250).

A questão é que, ao definir o gênero, uma série de comportamentos passa a ser desejável ou repreendido e isso vai modelar cada movimento desse corpo a partir de reações de incentivo ou reprovação. O sujeito contemporâneo se constrói pelas relações de alteridade, pela diferença, desse modo a mulher vai ser aquilo que o homem não é. Pitágoras associa o homem à luz e à ordem e, na dicotomia que molda



nossa forma de pensar, a mulher estaria relacionada à escuridão e ao caos (apud BEAUVOIR), necessitando assim ser corrigida em cada ação voluntária a fim de reduzir seus impactos negativos sobre o mundo. “Senta direito!”, “Fale como uma mocinha!”, “Você não pode agir assim!”, são sentenças que produzirão a linguagem ideal para o ser mulher perante uma sociedade construída para os homens.

Essa constante vigilância produz um estado de tensão onde cada passo precisa ser pensado em relação ao desejo do outro sobre as próprias ações. O medo de ser interpelada e corrigida a todo momento gera uma limitação de gestos, pensamentos e existências capaz de guardar o que era individuado em lugares tão remotos do inconsciente que a psicanálise teria grande dificuldade em acessar. A palavra de ordem na educação feminina é o “não”, e negar a vida em sua manifestação intuitiva é base para estabelecer estruturas de poder baseadas na limitação dos corpos a partir de aspectos biológicos cientificamente injustificados.

[...] no âmbito daqueles esquemas [agir conforme convenções consolidadas], torna-se possível algo que nunca poderia ser alcançado sob a égide das primeiras impressões intuitivas: erigir uma ordenação piramidal segundo castas e gradações, criar um novo mundo de leis, privilégios, subordinações, delimitações, que agora faz frente ao outro mundo intuitivo das primeiras impressões como o mais consolidado, universal, conhecido, humano e, em virtude disso, como o mundo regulador e imperativo. (Nietzsche, 2008, p. 37-38).

Desta forma, podemos constatar que a repetida prática de dominação de ações e pensamentos femininos não pode ser considerada um dado deslocado do que se entende como realidade. A produção do discurso sobre o que é ser mulher foi incentivado por fatores que privilegiam o sexo masculino na hierarquia social, não podendo mais ser localizado como natural ou biológico. A sujeição das mulheres favorece o poder dos homens, e isso é tão somente produção de discurso exclusivo de uma certa cultura. A antropóloga estadunidense Margaret Mead, verificou, quase cem anos atrás, que o temperamento humano não era parte da biologia e do sexo dos indivíduos. Ao observar três diferentes povos, constatou que a docilidade ou a agressividade podiam ser características ligadas tanto aos homens quanto às mulheres, e o que definiria tais diferenças seria a cultura.



Nem os Arapesh nem os Mundugumor tiram proveito de um contraste entre os sexos; o é o homem dócil e suscetível, casado com uma mulher dócil e suscetível; o ideal Mundugumor é um homem violento e agressivo, casado com uma mulher também violenta e agressiva. Na terceira tribo, os Tchambuli, deparamos verdadeira inversão das atitudes sexuais de nossa própria cultura, sendo a mulher o parceiro dirigente, dominador e impessoal, e o homem a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente. Estas três situações sugerem, portanto, uma conclusão muito definida. Se aquelas atitudes temperamentais que tradicionalmente reputamos femininas – tais como passividade, suscetibilidade e disposição de acalantar crianças – podem tão facilmente ser erigidas como padrão masculino numa tribo, e na outra ser prescritas para a maioria das mulheres, assim como para a maioria dos homens, não nos resta mais a menor base para considerar tais aspectos de comportamento como ligados ao sexo. (MEAD, 1935, p. 268).

Entretanto, após tantas e tantas vezes encenadas, as personalidades padronizadas produziram novas realidades, conseguindo, inclusive entre as mulheres, agentes para manutenção da violência que limita sua própria existência. A performatividade de gênero em nossa cultura vem de tão longa data que apontar tal fato como opressivo gera tamanho desconforto nas próprias mulheres que elas passam a lutar pela própria sujeição, num ponto de dominação masculina que ser um outro, dócil e servil tornou-se a única forma de vida de muitas mulheres. A força esmagadora do condicionamento social é algo tão poderoso que podemos nos perguntar: quem nasceu primeiro, o ser ou o fazer?

Performatividade em corpos e meios

Como pode um ser se submeter pacificamente ao poder de outro? Como disse o filósofo, um senhor precisa de escravos para existir, mas os escravos não precisam em nada do senhor. Sem o senhor, os escravos são livres. Inicialmente este pareceria um desejo óbvio de qualquer ser, independente da espécie, porém aparentemente aquilo que se mostra como evidente muitas vezes não é. Interpelo-me sobre o não desejo de liberdade dos seres humanos quando penso na necessidade de criação de um mundo transcendental para justificar a vida imanente. Curiosamente nossa



espécie tem o hábito recorrente de negar aquilo que pode ver e sentir para crer em algo da ordem da imaginação, ao qual chama de fé.

Pensando na fabulação, enquanto maneira de existir, como uma espécie de fuga da vida extensiva, evasão dos problemas da realidade como modo de condicionamento social – Jung considera comportamento infantil a projeção do *self* em divindades, seria algo como não se responsabilizar por sua própria existência, “é deus quem decide” – não é de se estranhar que, numa sociedade baseada em hierarquias de sexo, raça e classe, a performatividade de gênero tenha sido tão ensaiada a ponto de ser absorvida como realidade.

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (BUTLER, 2003, p. 54).

Ao identificar os problemas relativos à opressão de gênero, Butler (2003) busca expandir os sujeitos do feminismo. Para ela, a categoria “mulheres” seria imprecisa e limitada, já que não existe um patriarcado universal, e pelo fato da categoria ser atravessada por questões de raça, classe, etnia e/ou geografia gerando experiências singulares. Assim o sujeito do feminismo seria qualquer sujeito sob a exclusão da estrutura política dominante, visto que o sistema produz seres a partir das necessidades do poder (exercido pelos homens). Então ao produzir também a “mulher feminista” a emancipação da categoria já seria um fracasso anunciado. Porque se o dominante é o homem, o dominado será a mulher. Desta forma, reconhecer-se como “mulher” e performar a feminilidade seriam aceitar a produção de discurso elaborada pelo poder vigente, e curvar-se à matriz heterossexual, onde ser mulher é ser o outro do homem. Reivindicar a categoria mulher colaboraria e validaria a estrutura que nos domina. Tal estrutura de poder construiria os sujeitos a partir de suas próprias necessidades, reproduzindo seres a partir de discursos que marcariam seus lugares subalternizados. “E a tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam.” (BUTLER, 2003, p. 24).



Apesar do rigor acadêmico/filosófico que separa completamente Butler (Foucaultiana) de Marx (materialista), ao analisar as estratégias de implosão de gênero contidas na teoria da primeira, encontramos substancial similaridade com as sugestões de diluição de classes do segundo:

Quando, no curso do desenvolvimento, aparecem os antagonismos de classe, e toda a produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral, e, com isso, sua própria dominação como classe. (MARX; ENGELS, 2005, p. 58-59).

Nessa linha de pensamento, as infinitas divisões de categorias identitárias seriam, a longo prazo, reforços da separação hierárquica construída pela diferença. É importante observar que se a produção da categoria “mulheres” é estabelecida pela estrutura que se beneficia de sua opressão, não será por meio dela que se dará sua emancipação. Ou seja: não é usando as ferramentas (a linguagem) do dominador que se chegará à autonomia. As categorias de identidade são metodológicas e normativas – não são contestatórias do sistema, apenas reforçam o poder hegemônico. O “mito da mulher” que tomamos como causa ou origem da opressão é na verdade a marca imposta pelo opressor e essa marca não é preexistente à opressão.

Se o discurso produz identidade ao prover e impor um princípio regulador que invade completamente o indivíduo, totaliza-o e o torna coerente, então parece que toda identidade, na medida em que é totalizadora, age precisamente como uma alma que encarcera o corpo. (BUTLER, 2017, p. 92).

Na era da modernidade, época dos saberes concretos e dos lugares marcados, o poder econômico se associou à biologia e à linguagem para produzir os discursos que fabricariam corpos dóceis dentro de uma hierarquia social. E qual seria o lugar das identidades na pós-modernidade, uma vez que o poder exercido se dá pelo consumo e não mais sobre o controle hermético dos corpos? A própria dissidência de gênero gera lucros exorbitantes para a indústria farmacêutica e, não por acaso, tem sido



disseminada como ideia pela indústria da cultura. Diante da mudança estrutural na forma de dominação, não seria interessante que o conceito de identidade fosse diluído, uma vez que não é mais necessário que o poder opere dessa maneira sobre os corpos? Somos todos consumidores e consumimos independente de qual categoria social estejamos inseridos. Para Butler (2003, p. 28), o gênero é “[...] uma construção que implica determinismo social que exclui a possibilidade de agência ou transformação”. Quer dizer: enquanto as mulheres reproduzirem a performatividade de gênero, de feminilidade, continuarão posicionadas abaixo dos homens na pirâmide social.

A ativação da subordinação feminina acontece justamente na reprodução compulsória da feminilidade. Para estabelecer o homem como sujeito do poder, é preciso que as mulheres encarnem sua identidade de gênero e elevem a masculinidade como prática significativa da dominação. Na dominação pelo convencimento (Gramsci) corpo e alma são absorvidos no processo de sujeição e a prisão não precisa mais se constituir no mundo físico, o próprio espírito passa a ser o cativo. Talvez essa teoria ajude a justificar o sorriso colado na face das mulheres dominadas pelo patriarcado, como a querer simular que tudo está sempre muito bem. O exibir dos dentes teria a função de preencher o vazio dos olhos. Na performance social, a rostidade é elemento essencial na cultura branca/ocidental. Falamos com palavras e com expressões e aprendemos a dissimular com palavras e expressões.

Uma criança, uma mulher, uma mãe de família, um homem, um pai, um chefe, um professor primário, um policial, não falam uma língua em geral, mas uma língua cujos traços significantes são indexados nos traços de rostidade específicos. Os rostos não são primeiramente individuais, eles definem zonas de frequência ou de probabilidade, delimitam um campo que neutraliza antecipadamente as expressões e conexões rebeldes às significações conformes. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 36).

No experimento poético “Uma mulher nunca é um acidente”, notamos a performatividade de gênero como caricatura reforçada pela rostidade. O rosto que, segundo Deleuze e Guattari (1995) seria redundância, aparece aqui como contradição. Tensionar o uso da dissimulação problematiza tanto a existência dos papéis sociais quanto a satisfação (ou não) de seus atores em desempenhá-los. Se



uma mulher precisa viver mascarando as próprias vontades, esse seria um indício de que ela não anda realmente contente com suas funções e que, mudar a forma como vive seria uma decisão importante para liberação da prática prisioneira. O sorriso forjado de Cândida – essa conformidade imposta sobre toda a sua duração – deveria constranger a todos, homens e mulheres, sobre a necessidade da pulsão de vida e sua expressão através dos desejos. Podemos imaginar que, quando não está dissimulando, talvez enquanto dorme, Cândida tenha sonhos de resistência.

O sujeito, por mais violentado e oprimido que seja, costuma manter o mínimo de autodeterminação, mesmo que inconscientemente. Resignar-se à posição de escravizado, não apenas se conformar, mas também colaborar com a própria sujeição, passa uma ideia de corpos automatizados, capazes de desempenhar funções, mas que não possuem mais nenhuma vida dentro de si. Para Patrícia Hill Collins (2019), a resistência ao poder, praticada pelas mulheres negras, se concretiza, quando, além de criticar as ideologias hegemônicas, elas se tornam produtoras de novos conhecimentos oferecendo formas alternativas de se ver o mundo. Deste modo, a autodefinição reflete a natureza dialética de opressão e ativismo – na mesma medida em que a sociedade reafirma as imagens de controle, as afro-americanas utilizam os espaços familiares e da comunidade para combater essa imagem. A autodefinição é um passo fundamental para a emancipação.

Porém, alguns casos de performatividade de gênero e subalternidade, fazem duvidar de que a resistência esteja presente em todos os corpos dominados. A sistemática perseguição e extermínio de mulheres parece ter produzido, afinal, uma forma de existência que não percebe os sabores da autonomia. Aliado à propaganda ideológica, sistematizada pela indústria cultural e pela propaganda, o controle de corpos e espíritos femininos atingiu tão alto grau de eficácia que podemos classificá-lo no primeiro grande sistema de exclusão pelo discurso: a palavra proibida. As elites gregas educavam as camadas populares usando o teatro, a americana faz uso do cinema. Falar da opressão empreendida sobre as mulheres, entre as próprias mulheres gera tamanho constrangimento e repulsa que faz parecer que existe um apego à sujeição e o auto aprisionamento é uma escolha consciente. Como se as



marcações de poder empreendidas pelo meio externo, se infiltrassem na psique e colasse nela suas ideologias antes mesmo da constituição do ser. O sujeito pós-discursivo é o sujeito pós-discurso do poder.

Foucault argumenta em *Vigiar e Punir* que a alma se torna um ideal normativo e normalizador segundo o qual o corpo é treinado, moldado, cultivado e investido: é um ideal imaginário historicamente específico [*ideal speculatif*] sob o qual o corpo se materializa. (BUTLER, 2017, p. 97-98).

Desta forma, talvez, a própria sujeição possa constituir-se como forma de “vida”. Mulheres como Cândida vivem num tipo de existência de relação que não encontra sentido sem a servidão. Clarice Lispector dizia que o defeito muitas vezes é o que mantém o edifício de pé. O discurso de poder parece mostrar-se mais eficiente que a própria ação pelo poder, ratificando as teorias dos atos performativos de Austin. É como se pudéssemos empreender grande resistência aos ataques movidos sobre o corpo, mas não fôssemos capazes nem ao menos de identificar as violências arquitetadas contra a alma.

Em “Uma mulher nunca é um acidente”, quem Cândida espera? Quem seria o objeto do desejo dela? Quem seria a pessoa que ela deseja servir? Mulheres como Cândida estão sempre prontas a abrir mão de suas próprias necessidades em favor dos seus amados filhos e marido. Mulheres como Cândida sempre preferem comer as partes menos nobres da carne e servem solícitamente as mais nobres a seus amados. O espectador não necessariamente tem ou teve uma esposa, mas qualquer um de nós nasceu de uma mãe – e foi cuidado por, muito provavelmente, por uma mulher. Quem é a pessoa que te espera a qualquer tempo, sempre com um sorriso no rosto, um abraço apertado, uma roupa limpa e sua comida favorita quentinha? Cândida são mães, avós, esposas, empregadas, tias, filhas. Tem inúmeros papéis dentro das famílias. A única característica que une todas as Cândidas é que todas são mulheres. Todo mundo tem ou já teve uma. E na sua vida, quem é a sua Cândida? Como você contribui para a emancipação dela?



Bibliografia

AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas. 1990.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1980.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

_____. *A vida psíquica do poder – Teorias da sujeição*. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica. 2017.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1995. v. 3.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio – 24. ed.- São Paulo: Edições Loyola. 2014.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Tradução de Maria Luíza Appy e Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

LISPECTOR, Clarice. *Correspondências*. Organização Teresa Montero. Rio de Janeiro: Rocco, 2002. Nota: Trecho de carta escrita a Tania Kaufmann, em 6 de janeiro de 1948.

MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Tradução Álvaro Pina. 4. reimpressão. São Paulo: Boitempo. 2005.

MEAD, Margareth. *Sexo e temperamento*. Tradução Rosa Krausz. São Paulo: Perspectiva. 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre verdade e mentira*. Tradução de Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra. 2007.

ⁱ Doutoranda em artes visuais pela ECA-USP. Pesquisa questões relacionadas à gênero, propriedade privada e estado.